



CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPUTADO NELSON MARQUEZELLI

COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL

REQUERIMENTO N.º /2003

Requeremos, nos termos do art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, seja realizada reunião de Audiência Pública, no Plenário desta Comissão, para discussão da utilização dos recursos hídricos na agricultura, o aumento da produtividade da água no campo, o uso de tecnologias no processo de irrigação, além do rebaixamento dos aquíferos no Brasil.

JUSTIFICAÇÃO

A água é vital para o desenvolvimento. Na agricultura, por exemplo, embora apenas 20 por cento das terras cultivadas do mundo sejam irrigadas, essa área produz 40 por cento de toda a produção mundial de alimentos.

Até 2025, a agricultura irrigada terá de produzir 70 por cento dos alimentos do mundo para alimentar dois bilhões de pessoas a mais do que hoje. Ao todo, estima-se que as necessidades hídricas mundiais devam dobrar nos próximos 25 anos, e que quatro bilhões de pessoas – metade da população mundial – poderão enfrentar grave escassez de recursos hídricos até o ano 2025.

No Brasil, a água é ao mesmo tempo um patrimônio e um problema – abundante em algumas áreas e escassa em outras. Com 5,4 trilhões de metros cúbicos, o Brasil tem o maior fluxo interno de água do mundo. Mesmo assim, a região do semi-árido nordestino, que abriga 28 por cento da população brasileira, conta com apenas 5 por cento dos recursos hídricos do país.

Água limpa também é escassa nas regiões úmidas mas industrializadas do Sul e Sudeste, onde vivem 60 por cento da população. Essa escassez deve-se, entre outras coisas, aos elevados índices de poluição dos rios na região, o que, por sua vez, aumenta o custo do tratamento da água.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPUTADO NELSON MARQUEZELLI

A falta de água para a irrigação nos períodos de seca também prejudica a agricultura. O Brasil usa apenas 15 por cento de seu potencial de irrigação. A expansão dessa porcentagem, especialmente nas áreas onde a produção é altamente variável devido às estações seca e úmida, poderia amenizar a variação da renda nos agricultores.

A gestão dos recursos hídricos no Brasil, em se tratando da irrigação tem sido dificultada pela abordagem institucional fragmentada, pela atenção excessiva a novos investimentos em detrimento da operação e manutenção da infra-estrutura existente, e por não integrar considerações ambientais. Desde os anos 90, o Brasil vem tentando modernizar o setor enfocando a melhoria da gestão e a distribuição de investimentos. Hoje, o país é considerado um líder internacional em inovações institucionais na gestão de recursos hídricos, mas elas ainda não foram implementadas.

Os quadros abaixo apresentam a distribuição das áreas irrigadas no Brasil e as áreas irrigadas nos Estados abrangidos pelo Programa Nacional de Irrigação. Esses dados são relativos a 1986, mas podem ser considerados atuais devido à pequena alteração sofrida nesse período.

Áreas irrigadas nos estados abrangidos pelo PRONI (milhões de ha)

Estado	ÁREA IRRIGADA (até 1980)	ÁREA INCORPORADA - PROVÁRZEA (81/86) - PROFIR (82/86)	%DA ÁREA CULTIVADA
RS	631.699	149.519	781.218
SC	64.775	16.291	81.066
PR	28.092	22.908	51.000
SP	180.629	51.723	232.352
RJ	63.141	15.177	78.318
ES	22.277	32.259	54.536
MG	162.773	123.648	286.421
MT	3.944	19.428	23.372
MS	16.477	35.477	51.924
GO	31.024	32.668	63.692
AM	732	1.267	1.999
PA	9.076	5.565	14.641
RR	19	3.039	3.058
AP	36	307	343
RO	196	114	310
AC	112	-	112
DF	4.785	2.455	7.240



CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPUTADO NELSON MARQUEZELLI

Fontes: IBGE. Ed. Censo Agropecuário – XI Recenseamento Geral do Brasil, RJ, 1980

MA – Provárzeas/Profir – Relatório 1985. Brasília, 1986

MA – Provárzeas/Profir 4 – Departamento de Estatística, 1986

Distribuição das áreas irrigadas por região, no Brasil.

Região	ÁREA IRRIGADA ha	% DA ÁREA
Norte	20.463	0,99
Nordeste	338.776	16,36
Sudeste	651.627	31,47
Sul	913.284	44,12
Centro-Oeste	146.220	7,06
Total	2.070.378	100,0

Fontes: IBGE. ED. Censo Agropecuário – XI Recenseamento Geral do Brasil, RJ, 1980

MA – Provárzeas/Profir – Relatório 1985. Brasília, 1986

MA – Provárzeas/Profir4 – Departamento de Estatística, 1986.

O conhecimento da irrigação é um importante aspecto a ser considerado no manejo dos recursos hídricos. O motivo principal desta consideração se refere ao fato de que a agricultura irrigada representa o maior consumo de água dentre os diversos usuários deste recurso natural. Em países com grande concentração de áreas irrigadas, como é o caso da Espanha, o total de água consumida na irrigação representa cerca de 80% do consumo total.

A área irrigada no Brasil ocupa cerca de dois milhões de hectares, representado 4% da área plantada, sendo responsável por aproximadamente 50% do total de água consumida no país. Estes números indicam que qualquer política ou trabalho relacionado ao manejo dos recursos hídricos deve considerar a irrigação como um componente fundamental.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPUTADO NELSON MARQUEZELLI

A partir do final dos anos 80, a falta de recursos financeiros limitou drasticamente o financiamento de equipamentos e infraestrutura de irrigação o que, associado às elevadas taxas de juros vigentes, veio impedir a continuidade da acentuada expansão da área irrigada.

Apesar disso, estão em curso vários projetos importantes como, por exemplo, o Jaíba que tem como meta irrigar 100.000 ha no norte de Minas Gerais, além de outros na região Nordeste.

Atualmente também está em discussão, a nível nacional, o projeto de transposição de parte das águas do Rio São Francisco objetivando a perenização de rios nos estados da Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará, permitindo novas áreas irrigadas, e ainda a garantia de abastecimento de água para cidades importantes como Fortaleza.

A prática da irrigação pública, mediante a colonização no Vale do São Francisco e nos diferentes vales úmidos do Nordeste semi-árido, constitui providência fundamental à mudança do quadro social do Nordeste, do campo e das cidades. A condição econômica e social necessária e suficiente, para fazer da agricultura irrigada uma das frentes de expansão econômica capaz de promover o desenvolvimento do Nordeste.

É evidente que todos os programas institucionais devem estar dentro de um planejamento por bacias hidrográficas, tendo em vista que esta gestão de bacia nos leva a meditar, pensar, e ordenar, até saber o que se deve fazer primeiro e o que se deve fazer depois; onde é possível realizar determinadas atividades e em que lugar se pode realizar outras.

Em geral, o planejamento permite alcançar condições de vidas melhores, pois fazer uma análise prévia e um bom plano evita produzir impactos negativos severos. O planejamento de uma bacia é trabalho de todos e não poderia ser feito somente por uma pessoa. Se não for realizado, o efeito dos impactos negativos será sentido a curto prazo.

Em todo o mundo já existe uma certa consciência quanto ao manejo correto da irrigação e o que este traz de benefício para os irrigantes tanto em termos financeiros, quanto em termos conservacionistas do solo, evitando a degradação do mesmo e do meio ambiente.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPUTADO NELSON MARQUEZELLI

Nessa linha de pensamento, o Brasil segue em termos globais o mesmo posicionamento dos grandes países produtores de grãos , podendo avançar ainda mais, por isto, a motivação para apresentação desse Requerimento.

Durante os trabalhos analisaremos as ações e diretrizes para o desenvolvimento da utilização racional dos recursos hídricos , as políticas adotadas pela Agência Nacional de Águas no tocante ao agronegócio, as ações do Ministério da Agricultura , Pecuária e Abastecimento e do Ministério do Meio Ambiente.

Outros pontos deverão aflorar nos debates da Audiência , principalmente pela relevância do tema , tendo a Organização das Nações Unidas declarado o ano de 2003 como o ANO INTERNACIONAL DA ÁGUA POTÁVEL .

Para isso pedimos o apoio decisivo de nossos pares para a aprovação de nosso Requerimento e convidamos para esse importante debate os Senhores Benedito do Espírito Santo, Diretor do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura - IICA ; Jerson Jkelman , Diretor da Agência Nacional de Águas ; de Representante do Ministério da Agricultura , Pecuária e Abastecimento ; do Sr. João Bosco Cenra , Secretário de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente ; do Sr. Fábio Feldmann, Secretário-Executivo do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas ; do Professor Paulo Cezar Bodstain Gomes , da Universidade de São Carlos, São Paulo; do Dr. Lauro Sérgio de Figueiredo, Ex-Diretor da Agência Nacional de Águas; de Representante da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária- CNA ; da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG e da Organização das Cooperativas Brasileiras - OCB .

Sala de Reuniões, de março de 2003.

Deputado Nelson Marquezelli
PTB - SP